

18. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO:

Da **DMUOP** submetendo a apreciação do Executivo Municipal os processos em que são requerentes:

- **O FELIZ – Imobiliária, SA**, (819/URB/PROC/15), **KWADDRUM,SA**, (95/URB/PROC/16), **FERPAINEL, SA** (12/URB/PROC/16), **Sporting Clube de Braga** (106/URB/PROC/16) e **Sporting Clube de Braga** (107/URB/PROC/16), tendo em vista o reconhecimento de interesse público estratégico nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento da 2ª. Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado no D.R., 2ª série, nº. 201, de 14 de outubro de 2015.

*Comunicação
Ao Senhor Presidente do Conselho*

Município de Braga, 25. II, 2016

O Vereador, com competência delegada
pelo Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2012,



Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Processo nº 819/URB/PROC/15

Requerente: O FELIZ, Imobiliária, SA

Informação

Concordo com as informações da DPRRU que antecedem.

Pode prosseguir tramitação para que o pedido seja submetido à apreciação do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, tendo em vista o reconhecimento de interesse público estratégico nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado no DR, 2ª série, nº 201, de 14 de Outubro de 2015.

Sublinhe-se que a deliberação do Executivo Municipal visa apenas desencadear o procedimento para o efeito supra referido, bem como a dispensa de avaliação ambiental estratégica, de acordo com as informações técnicas da Divisão de Planeamento que antecedem e com os termos do artigo 31º e da alínea b) do nº 1 do artigo 32.º do Regulamento supra indicado, devendo as requerentes, no caso de deliberação favorável do Executivo, apresentar os elementos nelas mencionados, designadamente a declaração da entidade da administração pública competente em razão da matéria, bem como o estudo de avaliação das incidências territoriais, conforme previsto no nº1, alínea a) do artigo 32.º do PDM.

A dispensa de avaliação ambiental estratégica implica, de acordo com o nº 3 do artigo 32º do mesmo Regulamento, que a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico seja submetida a um procedimento de discussão pública em moldes idênticos aos legalmente estabelecidos para os planos de pormenor, ou seja, por um prazo mínimo de 20 dias (artigo 89º, nº2, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio).

Cumpridos os requisitos, poder-se-á submeter ao órgão deliberativo.

Braga, 25 de Fevereiro de 2016

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento



(António Zamith Rosas)

Despacho do Vereador com competência delegada

*Ao Excmo.
Sr. Presidente -*

16.02.2016



Processo nº 95/URB/PROC/16

Requerente: KWADRUM, SA

Informação

*Rel'º Presidente
do C.º.º.º.º.º.º.
- à reunião do
Executivo Municipal
4º.º.º.º.º.º.º.
21.º.º.º.º.º.º.*

Concordo com as informações da DPRRU que antecedem.

Pode prosseguir tramitação para que o pedido seja submetido à apreciação do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, tendo em vista o reconhecimento de interesse público estratégico nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado no DR, 2ª série, nº 201, de 14 de Outubro de 2015.

Sublinhe-se que a deliberação do Executivo Municipal visa apenas desencadear o procedimento para o efeito supra referido, bem como a dispensa de avaliação ambiental estratégica, de acordo com as informações técnicas da Divisão de Planeamento que antecedem e com os termos do artigo 31º e da alínea b) do nº 1 do artigo 32.º do Regulamento supra indicado, devendo as requerentes, no caso de deliberação favorável do Executivo, apresentar os elementos nelas mencionados, designadamente a declaração da entidade da administração pública competente em razão da matéria, bem como o estudo de avaliação das incidências territoriais, conforme previsto no nº1, alínea a) do artigo 32.º do PDM.

A dispensa de avaliação ambiental estratégica implica, de acordo com o nº 3 do artigo 32º do mesmo Regulamento, que a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico seja submetida a um procedimento de discussão pública em moldes idênticos aos legalmente estabelecidos para os planos de pormenor, ou seja, por um prazo mínimo de 20 dias (artigo 89º, nº2, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio).

Cumpridos os requisitos, poder-se-á submeter ao órgão deliberativo.

Braga, 25 de Fevereiro de 2016

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento


(Antonio Zamith Rosas)

Despacho do Vereador com competência delegada

À consideração do Executivo. Conforme, à reunião do Executivo.

25.º.º.º.º.º.º.
Município de Braga,
O Vereador, com competência delegada
por Despacho nº 13/2016, da Câmara
de 28 de Outubro de 2015,


Município de Braga, 2016

Processo nº 12/URB/PROC/16

Requerente: FERPAINEL, SA

Informação

Concordo com as informações da DPRRU que antecedem.

Pode prosseguir tramitação para que o pedido seja submetido à apreciação do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, tendo em vista o reconhecimento de interesse público estratégico nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado no DR, 2ª série, nº 201, de 14 de Outubro de 2015.

Sublinhe-se que a deliberação do Executivo Municipal visa apenas desencadear o procedimento para o efeito supra referido, bem como a dispensa de avaliação ambiental estratégica, de acordo com as informações técnicas da Divisão de Planeamento que antecedem e com os termos do artigo 31º e da alínea b) do nº 1 do artigo 32.º do Regulamento supra indicado, devendo as requerentes, no caso de deliberação favorável do Executivo, apresentar os elementos nelas mencionados, designadamente a declaração da entidade da administração pública competente em razão da matéria, bem como o estudo de avaliação das incidências territoriais, conforme previsto no nº1, alínea a) do artigo 32.º do PDM.

A dispensa de avaliação ambiental estratégica implica, de acordo com o nº 3 do artigo 32º do mesmo Regulamento, que a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico seja submetida a um procedimento de discussão pública em moldes idênticos aos legalmente estabelecidos para os planos de pormenor, ou seja, por um prazo mínimo de 20 dias (artigo 89º, nº2, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio).

Cumpridos os requisitos, poder-se-á submeter ao órgão deliberativo.

Braga, 25 de Fevereiro de 2016

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento

(Antonio Zamith Rosas)

Despacho do Vereador com competência delegada

À consideração superior, Comendando à reunião do Executivo

Município de Braga, 25 II 2016

O Vereador, com competência delegada por Despacho do Presidente da Câmara de 28 de Outubro de 2013,

Maria de Melo Bandeira, Prof.

Processo nº 106/URB/PROC/16

Requerente: Sporting Clube de Braga

Informação

*Peço Presidente
de C.M. Braga
- À reunião do
Executivo Municipal
L.º do Dn.º
25 Fev. 2016*

Concordo com as informações da DPRRU que antecedem.

Pode prosseguir tramitação para que o pedido seja submetido à apreciação do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, tendo em vista o reconhecimento de interesse público estratégico nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado no DR, 2ª série, nº 201, de 14 de Outubro de 2015.

Sublinhe-se que a deliberação do Executivo Municipal visa apenas desencadear o procedimento para o efeito supra referido, bem como a dispensa de avaliação ambiental estratégica, de acordo com as informações técnicas da Divisão de Planeamento que antecedem e com os termos do artigo 31º e da alínea b) do nº 1 do artigo 32.º do Regulamento supra indicado, devendo as requerentes, no caso de deliberação favorável do Executivo, apresentar os elementos nelas mencionados, designadamente a declaração da entidade da administração pública competente em razão da matéria, bem como o estudo de avaliação das incidências territoriais, conforme previsto no nº1, alínea a) do artigo 32.º do PDM.

A dispensa de avaliação ambiental estratégica implica, de acordo com o nº 3 do artigo 32º do mesmo Regulamento, que a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico seja submetida a um procedimento de discussão pública em moldes idênticos aos legalmente estabelecidos para os planos de pormenor, ou seja, por um prazo mínimo de 20 dias (artigo 89º, nº2, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio).

Cumpridos os requisitos, poder-se-á submeter ao órgão deliberativo.

Braga, 25 de Fevereiro de 2016

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento

(António Zamith Rosas)

Despacho do Vereador com competência delegada

*À Comissão Superior. Concordo - À reunião
de executivo*

Município de Braga 25 II 2016

O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013,

Miguel de Melo Bandeira, Pres.

Processo nº 107/URB/PROC/16

Requerente: Sporting Clube de Braga

Informação

*Rel'6 Presidente
a C. M. Braga
À reunião do
Executivo Municipal
Fim - 25 Fev 2016*

Concordo com as informações da DPRRU que antecedem.

Pode prosseguir tramitação para que o pedido seja submetido à apreciação do Executivo Municipal e Assembleia Municipal, tendo em vista o reconhecimento de interesse público estratégico nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado no DR, 2ª série, nº 201, de 14 de Outubro de 2015.

Sublinhe-se que a deliberação do Executivo Municipal visa apenas desencadear o procedimento para o efeito supra referido, bem como a dispensa de avaliação ambiental estratégica, de acordo com as informações técnicas da Divisão de Planeamento que antecedem e com os termos do artigo 31º e da alínea b) do nº 1 do artigo 32.º do Regulamento supra indicado, devendo as requerentes, no caso de deliberação favorável do Executivo, apresentar os elementos nelas mencionados, designadamente a declaração da entidade da administração pública competente em razão da matéria, bem como o estudo de avaliação das incidências territoriais, conforme previsto no nº1, alínea a) do artigo 32.º do PDM.

A dispensa de avaliação ambiental estratégica implica, de acordo com o nº 3 do artigo 32º do mesmo Regulamento, que a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico seja submetida a um procedimento de discussão pública em moldes idênticos aos legalmente estabelecidos para os planos de pormenor, ou seja, por um prazo mínimo de 20 dias (artigo 89º, nº2, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio).

Cumpridos os requisitos, poder-se-á submeter ao órgão deliberativo.

Braga, 25 de Fevereiro de 2016

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento


(António Zamith Rosas)

Despacho do Vereador com competência delegada

*António Zamith Rosas
Supervisor*

Concordo à reunião do executivo

25 II 2016
Município de Braga
O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013


António Melo Bandeira, Prof.